



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/08/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. COMARCAS.....	3 - 7
2.3. DESEMBARGADORES.....	8 - 10
2.4. JUÍZES.....	11
2.5. PRESIDÊNCIA.....	12
2.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	13
3. JORNAL EXTRA	
3.1. DECISÕES.....	14 - 16
3.2. DESEMBARGADORES.....	17
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	18
4.2. DESEMBARGADORES.....	19
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	20
5.2. DESEMBARGADORES.....	21
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. OBRAS/REFORMAS.....	22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	23
7.2. DESEMBARGADORES.....	24 - 25
7.3. OBRAS/REFORMAS.....	26
7.4. PRESIDÊNCIA.....	27
7.5. SEM ASSUNTO.....	28 - 29

Li uma matéria em jornal local que pergunta onde anda o professo Elias Sócrates na realidade este cidadão sumiu de cena e sabe lá o que calhou com este professor que vivia no meio deles... Cachorão cinegrafista notório esta fora do quadro do programa do Zé Raimundo... Mas é bem possível ser logo requisitado por alguma emissora, pois é competente e sabe opera com as máquinas - câmara filmadora de primeira qualidade... Cinegrafista que já foi convidado pra emissora de televisão fora do estado, mas, porém, gosta da sua cidade natal... Possivelmente poderá ser datada pra o dia 21 de agosto a data pra a escolha do novo desembargador, foi uma corroboração dita na quarta-feira retrasada pelo desembargador Cleones Cunha... Mas teve um membro da Corte que fez sua declaração no momento - Tanto faz agora como em agosto todos aqui já definiu seu voto e nada vai mudar isso...

- **A semana** promete movimentação no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.



Luis Fernando, Madeira e autoridades vistoriam obra na MA-122

Grandes construções invadem o Araçagi

A construção de grandes condomínios e casas luxuosas no Araçagi se intensificou nos últimos anos; previsão de investimentos é de R\$ 1 bilhão. **Cidades 1 e 2**

"O crescimento pelo Araçagi tem sido a única alternativa para o surgimento de novas áreas de habitação, que se diferencia por reunir atualmente uma grande quantidade de condomínios de luxo"

Miltão Gomes, arquiteto e um dos diretores do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon)



ESPECIAL

Investimentos imobiliários fazem do Araçagi área de alto padrão

Crescimento habitacional ao longo da Avenida Hilton Rodrigues tem se intensificado nos últimos anos, mudando a paisagem da região; previsão do Sinduscon é de que seja investido R\$ 1 bilhão com a construção de cerca de 8 mil imóveis

André Lisboa
Da equipe de **O Estado**

Casas luxuosas em um novo padrão de moradia, grandes condomínios e formação de bairros, em contraste com o levantamento de invasões e ocupações irregulares, são o resultado do processo de urbanização que tem ocorrido no bairro Araçagi, nos limites de São Luís com o município de São José de Ribamar. Acompanha a realidade da área o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Hilton Rodrigues (MA-203) e vias circunvizinhas, que têm recebido restaurantes, padarias, empresas de mobiliário, buffets e outros estabelecimentos.

O crescimento habitacional nas áreas do Araçagi, ao longo da Hilton Rodrigues e de outras rodovias estaduais (MA-201 e MA-204), tem se intensificado nos últimos anos, mudando a paisagem da cidade de São Luís, que se expan-



Ao longo da Avenida Hilton Rodrigues, no Araçagi, vários condomínios têm sido construídos nos últimos anos

de para além das áreas limítrofes com os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A previsão do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon) é que seja investido aproximadamente R\$ 1 bilhão, com a

construção de cerca de 8 mil unidades habitacionais.

Empreendimentos - Costa Araçagi, Grand Village Araçagi, Alphaville e Damha são alguns dos grandes empreendimentos da construção civil

que atualmente estão sendo erguidos e modificam a tipologia da habitação que comumente vinha ocupando a área. Há algumas décadas, quando foi iniciado o processo de ocupação da área do Araçagi, prioritariamente eram demarcados loteamentos, vendidos posteriormente para compradores responsáveis pelo levantamento de suas casas.

Essas residências criaram bairros adjacentes, como a Morada do Sol, Vila Luizão, Parque Araçagi e outros pontos. Na Avenida Norte, um dos principais acessos ao Araçagi, grandes casas se enfileiram uma ao lado da outra. A maior parte das ruas não tem asfalto, apesar de contar com abastecimento de água, eletricidade e coleta de lixo. A área é de competência do município de São José de Ribamar. **O Estado** tentou entrar em contato com a administração municipal, mas não obteve resposta.

Continua em Cidades 2

Delimitação territorial já foi feita

Nova demarcação foi feita tomando como base novos critérios de identificação dos territórios e atendendo a juízo técnico e consultas populares realizadas em cada bairro nas áreas limites; antes, eram utilizados pontos naturais como referência

Nas últimas décadas, a delimitação territorial legal que divide as cidades de São Luís e São José de Ribamar foi o grande problema para a administração desses municípios, o que impedia a expansão e o desenvolvimento urbano das áreas vizinhas. O processo de conurbação - encontro de malha urbana de duas ou mais cidades - se sobrepôs à vontade pública, impedindo processos administrativos, realização de censos e demais pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organização das comarcas de Justiça pelo Tribunal de Justiça (TJ).

A 'dor de cabeça' se manteve até 2010, quando o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) realizou uma remarcação de caráter operacional para que técnicos do IBGE realizassem o Censo 2010. Eles adaptaram a antiga delimitação, tomando como base novos critérios de identificação dos territórios. Anteriormente, eram utilizados pontos naturais como referência.

De acordo com o presidente do Imesc, Fernando José Barreto, a demarcação legal não pode ser alterada, pois contraria a Constituição Federal de 1988 e ainda foi motivo de polêmica durante anos. Porém, depois de um acordo, as administrações municipais de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa decidiram adotar a redefinição do perímetro urbano. Atualmente, a Justiça pediu a parceria do Imesc para uma nova determinação da localização e abrangência das comarcas judiciais que existem na Ilha de São Luís.

Fernando José Barreto expli-

Invasões também fazem parte da região

O Araçagi não é formado apenas por uma área de investimento de condomínios luxuosos, na divisão de São José de Ribamar com Paço do Lumiar, há dezenas de invasões, que se transformaram em um conglomerado urbano. Uma área de conflitos trata-se da Vila Bob Kennedy, situada na delimitação de Paço do Lumiar.

O marco da divisão entre São José de Ribamar e seu município vizinho ao norte é a Avenida Boa Vista, que separa a Vila Bob Kennedy do conjunto habitacional Morada do Sol. Já houve conflitos

pela posse de terra que movimentaram judicialmente moradores de invasão e proprietários de terra, que alegam ter as escrituras de posse da grande área, que tem sido ocupada por pessoas sem teto.

Por toda a extensão da Vila Bob Kennedy podem ser vistos casebres, barracos, casas maiores e terrenos cercados, onde famílias dividem espaço. Um dos líderes da comunidade é o comerciante Eugênio Barros, que construiu sua casa no local em 1995. "Chegamos aqui há mais de duas décadas e ocupamos uma área que não tem dono. O proprietário do terreno

não tinha filhos e morreu, mas tem muita gente que inventa que tem escritura das terras, mas está mentindo. Essa área não tem dono e a ocupamos legalmente", disse.

Segundo ele, há aproximadamente 2 mil famílias morando no local e alertou para a ação de traficantes que se instalam no local e acabam por provocar insegurança e má fama à região. "Já foram encontrados cadáveres em algumas áreas próximas daqui. A polícia tenta conter, mas sempre quando surge um novo bairro na periferia, os traficantes acompanham a pobreza da região", finalizou.

Números

R\$ 1 bilhão

é a estimativa de movimentação financeira com as novas moradias na área norte da Ilha

2 mil

unidades habitacionais estão em construção no Araçagi

6 mil

unidades habitacionais estão em construção nas áreas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar

cou que a única solução para definir, sem que houvesse conflitos entre os gestores municipais, foi atender a critérios técnicos e consultas populares realizadas em cada bairro nas áreas limites. "Fomos aos bairros onde havia casas em áreas limítrofes e buscamos saber qual era a sensação da população em relação a sua origem. Na Cidade Olímpica, que legalmente tem metade pertencente a São Luís e metade a São José de Ribamar, a população do bairro se identifica mais com a cidade de São Luís, enquanto no Araçagi a maior parte da população prefere estar sob administração de São

José de Ribamar. Assim ficou determinado que a primeira área seria da capital e a segunda do município vizinho", disse ele, explicando que as ruas e as divisões dos bairros foram os pontos de referência para a nova delimitação que tem sido utilizada em São Luís.

A redefinição possivelmente deve auxiliar nas melhorias da infraestrutura do bairro Araçagi, onde estão surgindo cada vez mais casas e habitações. Segundo Militão Gomes, arquiteto e um dos diretores do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon), a área tem sido a aposta das construtoras, que têm feito, em parce-

ria com poder público, serviços básicos, como o asfaltamento de algumas ruas. "Como ainda são áreas em crescimento, as construtoras acabam sendo obrigadas, para manter a evolução dos negócios, a investir capital próprio na infraestrutura local, o que deveria já ser fornecido pela gestão dos municípios", disse Militão Gomes.

Biné Moraes



Apesar do grande investimento feito na região do Araçagi, ainda falta infraestrutura e há ruas sem pavimentação

Falta de infraestrutura

Contrariamente ao desenvolvimento de novos condomínios luxuosos, as administrações municipais, segundo especialistas, ainda não iniciaram um trabalho de planejamento para a ocupação da área, que tem recebido apoio logístico dos serviços de eletricidade. A falta de estrutura é ainda um dos principais entraves para a urbanização da área. As novas moradias têm sido construídas, utilizando poços de água perfurados, sem o acompanhamento da instalação e preparação de serviços como esgoto, asfaltamento e outros.

De acordo o arquiteto Militão Gomes, a previsão é de que os serviços aumentem e acompanhem o desenvolvimento habitacional, que possivelmente manterá seu ritmo, estendendo-se pelos próximos anos acompanhando a orla norte de toda a Ilha.

Ele alertou para a necessidade de os gestores de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa se preocuparem mais com oferecimento de serviços e iniciarem ações que fomentem e busquem atrair serviços, principalmente ao longo da Avenida Hilton Rodrigues, que está em via de ser duplicada. "A duplicação da avenida é uma necessidade que está sendo atendida pelo Governo do Estado, porque é por ali que a cidade tem crescido.

Ao longo da Avenida Hilton Rodrigues, tem aumentado ainda o número de pequenos shoppings, que oferecem serviços diversos. Há alguns anos imperava a oferta de materiais de construção em lojas de premoldados, que abasteciam o mercado local para construção de casas. Atualmente já podem ser encontrados padarias, restaurantes, churrascarias, postos de combustíveis, clubes, buffets, mercados.

Segundo corretores de imóveis, a procura por apartamentos nos novos empreendimentos tem aumentado. "As pessoas começam a ver que o Araçagi já começa a despontar como o maior potencial de habitação de qualidade da cidade. Já tem água, luz e outros serviços, mas ainda falta, por exemplo, um grande supermercado. Nenhuma rede ainda se interessou em instalar um deles aqui", disse o corretor de imóveis Marcelo Maluf.

Biné Moraes



Sobre duplicação de avenida

- **Três empresas,** cujos nomes ainda não foram divulgados pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, estão interessadas em realizar as obras de duplicação da Avenida Hilton Rodrigues (MA-203) no trecho que vai do Araçagi até o entroncamento com a MA-204, próximo ao condomínio Alphaville.

- **Foram apresentadas** propostas no dia 22 do mês passado, no auditório da Comissão Setorial de Licitação (CSL).

- **O nome da empresa** vitoriosa na concorrência deveria ter sido divulgado na sexta-feira (2), mas houve recursos das outras concorrentes e o anúncio deve ser feito nesta semana.

- **A primeira etapa** da obra de duplicação da via, que prevê a construção de três faixas de cada lado da pista, alargamento do canteiro central e implantação de uma faixa exclusiva de transporte de massa, tem um custo estimado em R\$ 31.167.593,79.

- **A verba é oriunda** de uma parceria entre os governos estadual e federal, por meio do Ministério do Turismo (MTur), via Caixa Econômica.

- **Obra terá** prazo de entrega de 10 meses.

- **A Avenida Hilton Rodrigues** é uma extensão da Avenida dos Holandeses, do retorno do Olho d'Água até a bifurcação do acesso à Raposa, por meio da MA-203.

Saiba mais

- **Os casos de grilagem** descobertos na área do Araçagi diminuíram a venda de terrenos na região e têm causado perdas para imobiliárias, que apostaram na região. Desde o fim do ano passado, a Delegacia de Supervisão de Áreas Integradas de Segurança Pública está investigando 22 loteamentos por toda São Luís para verificar irregularidades na posse de terra. Os dois maiores - os loteamentos Fruteiras e Cidades - ficam no Araçagi.

- **Atualmente está sendo construído** o condomínio Alphaville em Paço do Lumiar, localizado próximo à praia do Araçagi. O empreendimento está orçado em R\$ 22 milhões, sendo o sexto instalado na região Nordeste do país. A área do condomínio será de 468.934 metros quadrados, divididos em 426 lotes, que terá ainda 125.416 metros quadrados de área verde.

Uma notícia que não é boa

CARLOS NINA

Só ao iniciar este texto foi que comecei a sair do torpor deixado pela notícia que recebi no dia anterior, quarta-feira, 31 de agosto de 2013, na BR-135, entre Alto Alegre e São Mateus, ao voltar de uma audiência a que tive de comparecer, em São Domingos do Maranhão, a 496 km de estrada de São Luís. Estava exausto. Na véspera havia participado, como membro nato do Conselho da OAB-MA, da votação da lista sêxtupla a ser indicada para o quinto constitucional do TJMA. A sessão havia começado às 16 e terminado às 22 horas. Foram seis horas, sem intervalo, ouvindo propostas, promessas, compromissos, ilusões, lembrando-me de pessoas que deram parte de sua vida para que a Ordem fosse um instrumento a serviço da sociedade.

Saí de lá para a estrada, apenas passando em casa, para despedir-me de minha família, e na de Basílio Sotão, tio, amigo e companheiro de viagem. Dirigi até Peritoró, onde dormimos, para, ao amanhecer, seguir e chegar a tempo para a audiência, marcada para às 11 horas. Não quis sair da Ilha na mesma manhã da audiência porque o trânsito na saída da cidade e o direito de manifestação de uns, que não respeitam o direito de ir e vir dos outros, poderia dificultar-me a viagem.

À tarde, já de volta à estrada, com Basílio ao volante, pude atender ao telefone. Reconheci a voz mas estranhei que titubeasse - É Cleto. Tudo bem? Tenho uma notícia que não é boa, mas sei que você precisa saber...

Um súbito e mau pressentimento despertou-me do cansaço acumulado pela noite insone e, numa fração de segundos, o interrompi e disse: - Oscar!

- Isso mesmo. Faleceu. Estava sofrendo muito, disse-me Cleto Vasconcelos, dileto amigo trazido pelo mesmo Oscar Gundim.

Havia muito tempo que não via nem falava com Oscar. Marluce Carvalho Branco, querida amiga comum, e Cleto davam-me notícia. Procurava-o quando ia a Imperatriz. Mas há tempos não vou àquela cidade e ele passou a viajar com mais frequência para seu tratamento. Já em vida sentia sua falta. Falta que, porém, a amizade não cobra. Falta maior fará à sua família (1) e, bem maior, para o mundo, porque é de pessoas com o caráter de Oscar Gundim que o lado bom da humanidade se alimenta. De repente, porém, ainda que num sofrimento com morte anunciada, ele se foi, causando-me um profundo torpor e, confesso, indignação pelo seu sofrimento, tendo ele sido a pessoa que o foi, um cidadão na plenitude conceitual do que isso significa verdadeiramente. Oscar foi marido e pai exemplar, cidadão engajado nas instituições de sua comunidade, para a qual contribuiu de forma ímpar.

Conheci Oscar quando exerci o cargo de secretário da OAB-MA, no biênio 1983/1985. Oscar presidia a Subseção de Imperatriz, única que então existia no

Maranhão. Manifestou-me sua angústia com a violência que reinava naquela cidade, ao mesmo tempo em que me informou de sua decisão de não disputar a reeleição porque se ressentia de apoio para enfrentar aquela situação. Assumi com ele o compromisso de dar o apoio da Seccional se eu fosse eleito presidente e ele reeleito para a Subseção. Era um grande desafio, pois o número de assassinatos na região era assombroso. Imperatriz era um dos marcos do então mal afamado Bico do Papagaio, cujos outros extremos eram Araguaína, no Goiás, e Marabá, no Pará, triângulo onde violência semelhante também acontecia. Era preciso, além de tudo, força moral e coragem, pois seria um combate contra o medo generalizado e a pistolagem que dominava impune na área.

Fomos eleitos e já em 1985, primeiro ano do mandato, promovemos, em Imperatriz, um grande evento de combate à violência. Convidamos autoridades públicas e dirigentes de instituições da sociedade civil, além de todos os presidentes estaduais da OAB e suas Comissões de Direitos Humanos, inclusive o presidente nacional, Hermann Baeta, que se fez presente, assim como seu vice, Márcio Thomaz Bastos, e o secretário geral, Arthur Lavigne. Durante os dias do evento foram ouvidas denúncias, debatidas as causas daquela violência e produzida uma carta conclusiva. A direção nacional da OAB, que estava como convidada, tomou para si o desafio e resolveu dar continuidade àquela iniciativa, fazendo dois outros encontros, em Araguaína e Marabá, ampliando a luta começada por Oscar Gundim.

A mídia nacional deu repercussão ao evento e seus resultados e o Governo Federal, então, sob a presidência de José Sarney, desencadeou o chamado Mutirão Contra a Violência.

Certo é que foi graças à coragem e à determinação de Oscar Gundim que foi iniciado um incessante processo de combate à violência na região tocantina e, por consequência, no Bico do Papagaio. Luta essa que nos aproximou e ensinou uma amizade da qual sempre me orgulhei.

Isso é um pouco do muito que Oscar fez por seu país. A falta de memória faz com que as pessoas esqueçam e os pósteros desconheçam o quanto devem a cidadãos como Oscar Gundim.

Quando publiquei meu livro "A Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado brasileiro", onde esse fato está registrado, fiz questão de lançá-lo, primeiro, em Imperatriz. Era minha forma de homenagear o advogado e o cidadão que me conquistou pela seu caráter, sua amizade e sua conduta, e pelo trabalho que fez pelos advogados, a advocacia e a OAB no Maranhão.

Que Deus o tenha!

(1) <http://imirante.globo.com/oestadoma/noticias/2009/10/18/pagina163376.asp>

Advogado, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros

Estado Maior

**Proposta da AMMA
sobre sabatina
sofre contestação
Página 3**

Sabatina? Por quê?

Um debate vem agitando o meio jurídico: o Tribunal de Justiça deve acatar a proposta da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) de submeter os seis advogados indicados pela OAB a uma sabatina durante o processo de formação da lista tríplice. Vozes independentes da OAB não aceitam e consideram que a Amma está querendo interferir num processo que não lhe diz respeito. Salvo a cúpula da Amma, poucos fazem coro a favor da proposta.

A questão não é nova, e todas as vezes em que foi levantada, a Amma perdeu. Exemplo: quando a OAB escolheu a lista sêxtupla que resultaria na escolha do desembargador Paulo Velten, a Amma tentou emplacar a sabatina, mas o Pleno do TJ reprovou-a. Mais recentemente, na lista sêxtupla encaminhada pelo Ministério Público (MP) e da qual saiu o desembargador Froz Sobrinho, a Amma nem tentou. A entidade volta à carga agora e a sua proposta será examinada pelo presidente Guerreiro Júnior, que poderá ou não admitir sua discussão pelo Pleno.

As vozes contrárias à sabatina no TJ lembram, primeiro, que os integrantes da lista já foram sabatinados pelo Conselho Secional da OAB. Argumentam que não se tem notícia de que em qualquer TJ do Brasil tenha sabatinado candidatos a desembargador de lista encaminhada pela OAB ou pelo MP.

Um advogado experiente ouvido pela coluna lembrou que no Direito há um princípio segundo o qual "O tempo rege o ato". E acrescentou: "Se assim é, como é que se vai mudar as regras do jogo durante a partida?"

Em resumo: para a maioria dos advogados e até mesmo alguns magistrados, o pedido da Amma é desprovido de amparo legal, porque não há uma lei ou qualquer norma jurídica que preveja a sabatina. E mais: o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, inclusive, é completamente omisso quanto a isso.

Nesse contexto, dificilmente o TJ instituirá agora a regra sugerida pela Amma.

Movimentos sociais e violência

AURELIANO NETO

Início este texto recorrendo a João Benedito de Azevedo Marques e subtraio sugestiva passagem do seu livro *Democracia, Violência e Direitos Humanos*, 4. ed., São Paulo, Cortez Editora, 1984, p. 16, em que, analisando as questões daquele momento histórico, quando arduamente e com profundo sacrifício, se lutava pela redemocratização do país, que vivia o estertor da ditadura militar, regime violento que ceifou as nossas liberdades por mais de vinte anos. Transcrevo esta exortação: "Os desajustes e as contradições do mundo de hoje parecem indicar a necessidade de se desfraldar a bandeira da Revolução Espiritual, muito mais ampla e abrangente que a Revolução Francesa e a revolução social, para que se reintroduzam a ética e o amor cristão nas relações humanas, complementando-se com a mensagem espiritual do Cristianismo a derradeira etapa da construção de uma humanidade fraterna e justa, ainda que longe da perfeição que, na escatologia cristã, pertence à eternidade."

Pois bem. Parece que nada mudou. Estamos a viver a força avassaladora dos movimentos sociais reivindicatórios ou contestatórios, que alguns denominam a voz das ruas; outros de ser o maior acontecimento histórico, que, de hora em diante, revolucionará o fazer político, interferindo na relação de poder, isso quanto à dialetização das forças contrapostas: povo, sociedade organizada, ou desorganizada, e funções de instituições do Estado. Passa-se a ter um novo *modus operandi* de tratar as questões relacionadas com as coisas públicas. Todos esperam, com a sequiosidade daqueles que caminham pelo deserto, sem encontrar um mísero oásis, que esse vaticínio venha a ser real: que se possam administrar as coisas públicas sem a participação institucionalizada da política, ou mais particularmente dos políticos. Assim, passar-se-á à democracia bem mais abrangente do que a que vigorou na Grécia antiga, o berço do seu nascedouro, segundo afirmam alguns historiadores. E o povo fará uso da própria régua e compasso para traçar o seu destino. É, numa reatualizada concepção, o exercício da democracia direta, em que a representatividade política é posta numa situação de dúvida ética, em face do discurso da contaminação dos poderes pela corrupção. Dedução natural, porquanto, se a *res publica* se encontra em perigo, como indicam as manifestações sociais, no dizer de Régis Debray, citado por André Comte-Sponville, "a Democracia é o que resta da República quando se apagam as Luzes". Então, como consequência do definhamento ético, o processo democrático deve se concretizar, de forma direta, através da cidadania ativa, porém no sentido de que o discurso tenha substancialmente a finalidade de uma reconstrução ético-cultural. Querendo dizer (e mesmo sendo) que não pode ser um discurso ape-

nas de faz-de-conta, ou um antidiscurso, diluído por lhe faltar substância temática, ou se constituir em meros slogans panfletários. De outro modo, nessa trilha da reflexão de Debray, as Luzes permanecerão apagadas, ou, caso acesas, não serão sequer vista no fim do túnel. E na escuridão, como diz a fala popular, todos os gatos são pardos. Misturam-se os interesses mais antagônicos, que congregam o propósito pacífico, legitimado por si mesmo, independentemente do discurso fluido, e a violência de natureza nazi-facista.

Não há nenhuma dúvida de que os movimentos sociais são legítimos e têm a garantia, como manifestação da cidadania, de preceitos constitucionais, especificamente os direitos fundamentais (artigo 5º, XVI, CF), além de que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito (artigo 1º da CF). Ainda, que todo poder emana do povo (parágrafo único do artigo 1º da Carta da República). Constitucionalmente, nessas regras, que não servem de meros adornos, ou inúteis proclamações, se encontra a força republicana da cidadania em, pacificamente, reiterar-se, pacificamente, ocupar os logradouros públicos e fazer os protestos e reivindicações que entender necessários, com a finalidade de transformar a cultura política, contaminada pelo vírus das práticas incorretas ou inadequadas.

Não obstante isso, não há que se confundir o exercício desse direito, que materializa o exercício de poder, com o uso criminoso da violência, que é a negação desse poder. Hannah Arendt trata dessa questão na sua obra *Sobre a Violência*. Esclarece que poder e violência são termos distintos. O poder, embora seja instrumento de domínio, se institucionaliza com o consenso e o agir em conjunto. Ao passo que a violência deslegitima o exercício do poder, desintegrando-o. Conclusão óbvia: se os movimentos sociais representam o poder, na medida em que todo poder emana do povo e se corporifica pelo consenso, ao recorrerem à violência, amplamente divulgada por todas as mídias, perdem essa natureza de legitimação como poder, porquanto se desintegram a si mesmos, já que a violência não cria o poder, mas, ao contrário, o destrói. Os regimes ditatoriais, se recorrem à violência, como a tortura, para manter-se como poder, necessitam da aceitação. De outro modo, buscam a força para garantir o poder. Destroem-se a si mesmos, deslegitimando-se como poder. O recurso à violência por parcelas de integrantes dos movimentos sociais retira-lhe a natureza política de poder, forjado na aceitação e no consenso popular. Por essa razão, a violência destrói o poder dessas vozes fluidas que veem das ruas. Infelizmente, perdem essa legitimidade.

Não há nenhuma dúvida de que os movimentos sociais são legítimos e têm a garantia de preceitos constitucionais

Membro da Academia Imperatrizense de Letras e juiz de Direito em São Luís - MA
E-mail: aureliano_netto@zipmail.com.br

Compromisso de Sarney

Antes da internação do senador José Sarney, no Hospital UDI, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Jr, fez-lhe uma visita.

Objetivo: convidá-lo a participar da solenidade que ocorrerá em novembro quando o Poder Judiciário estará comemorando 200 anos de fundação.

Sarney prometeu a Guerreiro fazer dois pronunciamentos sobre o auspicioso evento: um, em Brasília, no Senado; e outro, em São Luís, na sessão especial comemorativa da efeméride.

"Em Caxias,
dois homens
tentam resgatar
um veículo
do Ciretran
com uma
procuração
falsa"

Procuração

Em Caxias, dois homens tentam resgatar um veículo do Ciretran com uma procuração falsa. O caso está sendo investigado pela polícia. A chefe da Ciretran, Mabel Medeiros, disse que não é a primeira vez que isso ocorre no município. Polícia neles.

Carimbo

A procuração apresenta carimbo, assinatura e selo idênticos aos originais do Cartório do 3º ofício, mas a tabeliã Isaura Alencar não reconhece a procuração. Os suspeitos foram levados ao 3º DP de Caxias, onde foi instaurado o inquérito policial.

Justiça nega volta de Júnior do Mojó para a cadeia

O desembargador Kleber Costa Carvalho negou na quinta-feira (1º) liminar em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra ato supostamente ilegal atribuído ao desembargador Jaime Ferreira de Araújo, que, durante plantão judicial, concedeu liminar no *habeas corpus* (nº 32183/2013), em favor do ex-vereador do município de Paço do Lumiar, Edson Arouche Júnior, o Júnior do Mojó (foto).

Ao indeferir o pedido for-

mulado pelo MP, Kleber Carvalho argumentou que não ficaram caracterizados os requisitos necessários ao deferimento da medida liminar. "Face à precariedade da análise do decreto liminar, não vislumbro razões nos fundamentos do impetrante", frisou.

Ele sustentou que o relator do HC, desembargador Jaime Araújo, é competente para, monocraticamente, conhecer, analisar e decidir acerca dos pedidos liminares formulados, especialmente

quando estes são feitos durante o plantão judiciário de 2º grau, conforme estabelece norma do inciso I do Artigo 19 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Carvalho afirmou que Jaime Araújo fundamentou sua decisão com base na ausência dos requisitos autorizadores para a manutenção da prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP).

Segundo o magistrado, a prisão preventiva é medida

de exceção, devendo ser interpretada restritivamente, para compatibilizá-la com o princípio da presunção de inocência (Art. 5º, inciso LVII, da CF). "Diante disso, não constato qualquer teratologia na decisão do desembargador Jaime Araújo", assinalou.

Ele disse ainda que "saber se os requisitos da prisão preventiva estão presentes é mérito do *habeas corpus* impetrado, não cabendo analisar a matéria por meio de mandado de segurança".

VÍTIMA DA VALE

Família de jovem morto pelo trem de carga da VALE acusa empresa de não pagar indenização

PÁGINA 9



FERINDO COM FERRO

Compareceu na redação do Jornal Extra, o agricultor Alcides Cutrim, morador da Vila Isabel (Rua Vinicius de Moraes, nº 04), periferia de São Luís. Ele relatou sobre um acidente envolvendo um trem cargueiro da Mineradora Vale, ocorrido no dia 23 de maio de 1997.

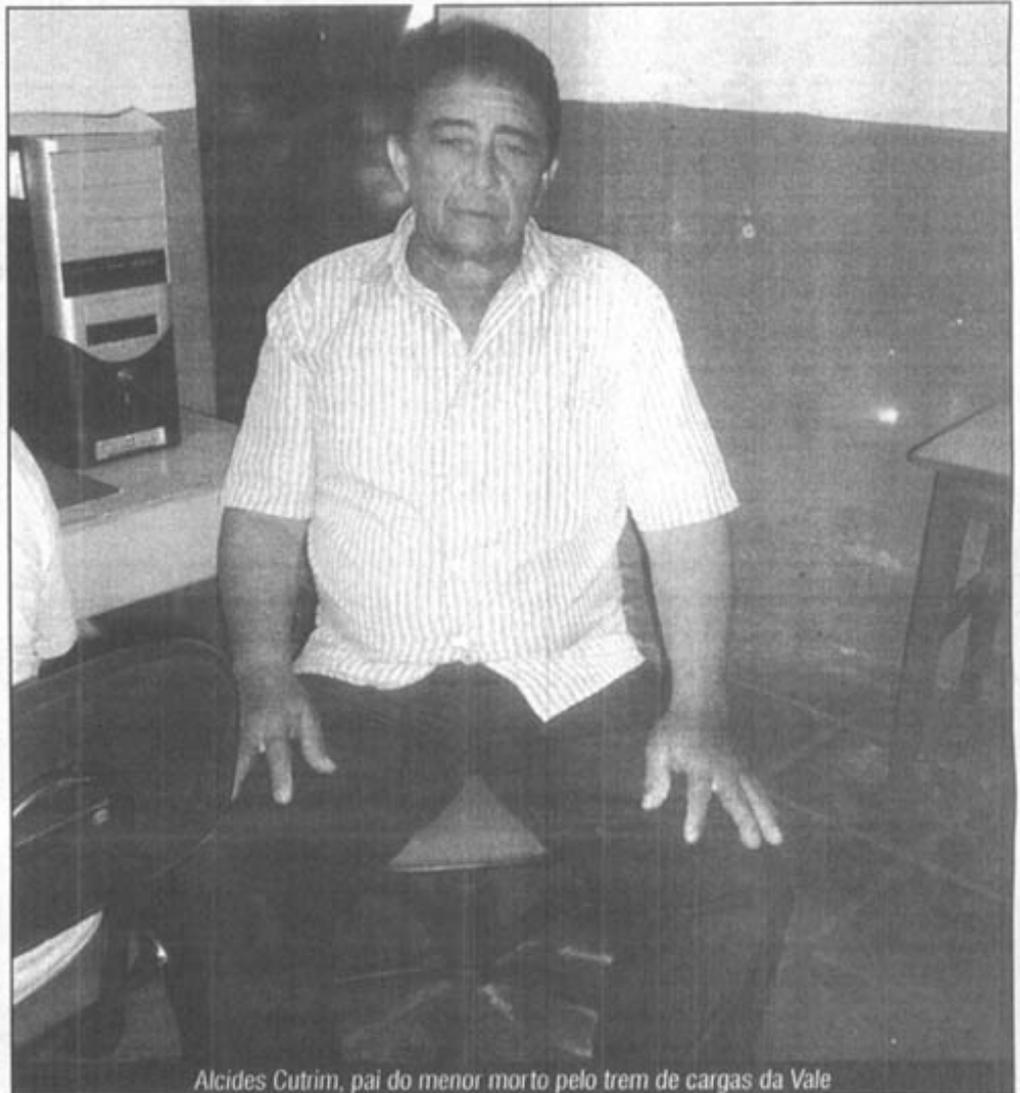
Vale se nega a indenizar pai de jovem que morreu atropelado por trem

No sinistro, seu filho (menor de idade) identificado como Arildo Lopes da Silva, foi atropelado e morto no quilômetro 222 da ferrovia São Luís-Carajás, na altura do município de Pindaré-Mirim, no interior maranhense.

O denunciante afirmou à reportagem do **Jornal Extra** que logo após o acidente, ele estava trabalhando em sua roça, quando uma equipe da Polícia Militar do Maranhão foi ao seu encontro e um dos policiais perguntou porque ele (Alcides Cutrim) não acionou a Vale na Justiça, pois agindo assim, poderia receber uma indenização que lhe caberia como direito pela morte do filho.

Feito isso, Alcides Cutrim procurou a Justiça e denunciou o lamentável episódio. Aberto o processo judicial contra a Vale, foram marcadas doze audiências, sendo que em nenhuma delas, a Vale se manifestou positivamente em favor do reclamante.

Decorrido certo tempo, Alcides foi convidado a comparecer em uma nova audiência e no desenrolar do evento, o reclamante foi surpreendido com uma proposta, considerada por ele, vergonhosa. O juiz que presidiu a audiência perguntou aos representantes da Vale se havia alguma proposta a fazer ao senhor Alcides Cutrim. Um dos representantes da Vale, naquele momento, respondeu que, a mineradora não tinha nenhuma proposta indenizatória para o pai da vítima, mas esta mesma pessoa, por sua conta, poderia dar a título de



Alcides Cutrim, pai do menor morto pelo trem de cargas da Vale

indenização para Alcides, a importância de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), o que foi recusado imediatamente pelo juiz. Na ocasião, ele encerrou a audiência e anunciou que um novo encontro seria agendado.

Infelizmente, decorridos mais de 16 anos, nada a respeito deste caso judicial foi

resolvido. Nem mesmo foram feitos pela Vale o ressarcimento de despesas obtidas com transporte de testemunhas para as audiências não realizadas.

Hoje, o pai da vítima, Alcides Cutrim, clama por justiça e implora para que seus direitos como cidadão que estão sendo obstruídos pela

Vale, sejam validados pela Justiça. Sim, porque até hoje não foi feita justiça sobre este lamentável episódio e a Vale, que com suas operações no Maranhão, tem ceifado a vida de jovens, crianças e adultos, continua impune, apenas ferrando a vida das pessoas, como é o caso do garoto Arildo Lopes da Silva.

UMA NOTÍCIA QUE NÃO É BOA

CARLOS NINA (1) *

Só ao iniciar este texto foi que comecei a sair do torpor deixado pela notícia que recebi no dia anterior, quarta-feira, 31 de agosto de 2013, na BR 135, entre Alto Alegre e São Mateus, ao voltar de uma audiência a que tive de comparecer, em São Domingos do Maranhão, a 496 km de estrada de São Luís. Estava exausto. Na véspera havia participado, como membro nato do Conselho da OAB-MA, da votação da lista sextupla a ser indicada para o quinto constitucional do TJMA. A sessão havia começado dezesses e terminado às vinte e duas horas. Foram seis horas, sem intervalo, ouvindo propostas, promessas, compromissos, ilusões, lembrando-me de pessoas que deram parte de sua vida para que a Ordem fosse um instrumento a serviço da sociedade.

Sai de lá para a estrada, apenas passando em casa, para despedir-me de minha família, e na de Basílio Sotão, tio, amigo e companheiro de viagem. Dirigi até Peritoró, onde dormimos, para, ao amanhecer, seguir e chegar a tempo para a audiência, marcada para às onze horas. Não quis sair da ilha na mesma manhã da audiência porque o trânsito na saída da cidade e o direito de manifestação de uns, que não respeitam o direito de ir e vir dos outros, poderia dificultar-me a viagem.

À tarde, já de volta à estrada, com Basílio ao volante, pude atender ao telefone. Reconheci a voz mas estranhei que titubeasse - É Cleto. Tudo bem? Tenho uma notícia que não é boa, mas sei que você precisa saber...

Um súbito e mau pressentimento despertou-me do cansaço acumulado pela noite insone e, numa fração de segundos, o interrompi e disse: - Oscar!

- Isso mesmo. Faleceu. Estava sofrendo muito, disse-me Cleto Vasconcelos, dileto amigo trazido pelo mesmo Oscar Gundim.

Havia muito tempo que não via nem falava com Oscar. Marluce Carvalho Branco, querida amiga comum, e Cleto davam-me notícia. Procurava-o quando ia a Imperatriz. Mas há tempos não vou àquela cidade e ele passou a viajar com mais frequência para seu tratamento. Já em vida sentia sua falta. Falta que, porém, a amizade não cobra. Falta maior fará à sua família (2) e, bem maior, para o mundo, porque é de pessoas com o caráter de Oscar Gundim que o lado bom da humanidade se alimenta. De repente, porém, ainda que num sofrimento com morte anunciada, ele se foi, causando-me um profundo torpor e, confesso, indignação pelo seu sofrimento, tendo ele sido a pessoa que o foi, um cidadão na plenitude conceitual do que isso significa verdadeiramente. Oscar foi marido e pai exemplar, cidadão engajado nas instituições de sua comunidade, para a qual contribuiu de forma ímpar.

Conheci Oscar quando exerci o cargo de Secretário da OAB-MA, no biênio 1983/1985. Oscar presidia a Subseção de Imperatriz, única que en-

tão existia no Maranhão. Manifestou-me sua angústia com a violência que reinava naquela cidade, ao mesmo tempo em que me informou de sua decisão de não disputar a reeleição porque se ressentia de apoio para enfrentar aquela situação. Assumi com ele o compromisso de dar o apoio da Seccional se eu fosse eleito presidente e ele reeleito para a Subseção. Era um grande desafio, pois o número de assassinatos na região era assombroso. Imperatriz era um dos marcos do então mal afamado Bico do Papagaio, cujos outros extremos eram Araguaína, no Goiás, e Marabá, no Pará, triângulo onde violência semelhante também acontecia. Era preciso, além de tudo, força moral e coragem, pois seria um combate contra o medo generalizado e a pistolagem que dominava impune na área.

Fomos eleitos e já em 1985, primeiro ano do mandato, promovemos, em Imperatriz, um grande evento de combate à violência. Convidamos autoridades públicas e dirigentes de instituições da sociedade civil, além de todos os presidentes estaduais da OAB e suas Comissões de Direitos Humanos, inclusive o presidente nacional, Hermann Baeta, que se fez presente, assim como seu vice, Márcio Thomaz Bastos, e o secretário geral, Arthur Lavigne. Durante os dias do evento foram ouvidas denúncias, debatidas as causas daquela violência e produzida uma carta conclusiva. A direção nacional da OAB, que estava como convidada, tomou para si o desafio e resolveu dar continuidade àquela iniciativa, fazendo dois outros encontros, em Araguaína e Marabá, ampliando a luta começada por Oscar Gundim.

A mídia nacional deu repercussão ao evento e seus resultados e o Governo Federal, então, sob a presidência de José Sarney, desencadeou o chamado Mutirão Contra a Violência.

Certo é que foi graças à coragem e à determinação de Oscar Gundim que foi iniciado um incessante processo de combate à violência na região tocantina e, por consequência, no Bico do Papagaio. Luta essa que nos aproximou e ensinou uma amizade da qual sempre me orgulhei.

Isso é um pouco do muito que Oscar fez por seu País. A falta de memória faz com que as pessoas esqueçam e os pósteros desconheçam o quanto devem a cidadãos como Oscar Gundim.

Quando publiquei meu livro "A Ordem dos Advogados do Brasil e o Estado brasileiro", onde esse fato está registrado, fiz questão de lançá-lo, primeiro, em Imperatriz. Era minha forma de homenagear o advogado e o cidadão que me conquistou pela seu caráter, sua amizade e sua conduta, e pelo trabalho que fez pelos advogados, a advocacia e a OAB no Maranhão.

Que Deus o tenha!

(1) ADVOGADO. MEMBRO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

(2) [HTTP://WWW.NINA.JUR.ADV.BR/INDEX.PHP?P=PUBLICACAO&CODIGO=16863](http://WWW.NINA.JUR.ADV.BR/INDEX.PHP?P=PUBLICACAO&CODIGO=16863)

IMPASSE

TJMA nega pedido do MP para revogar HC à Júnior do Mojó

O desembargador Kleber Costa Carvalho negou nesta quinta-feira (1) liminar em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra ato supostamente ilegal atribuído ao desembargador Jaime Ferreira de Araújo, que, durante plantão judicial, concedeu liminar no habeas corpus (nº 32183/2013), em favor do

ex-vereador do município de Paço do Lumiar, Edson Arouche Júnior, o Júnior do Mojó.

Ao indeferir o pedido formulado pelo MP, Kleber Carvalho argumentou que não ficaram caracterizados os requisitos necessários ao deferimento da medida liminar. "Face à precariedade da análise do decreto liminar, não vislumbro razões nos

fundamentos do impetrante", frisou.

ARGUMENTAÇÃO-Eles sustentou que o relator do HC, desembargador Jaime Araújo, é competente para, monocraticamente, conhecer, analisar e decidir acerca dos pedidos liminares formulados, especialmente quando estes são feitos durante o plantão judiciário de 2º grau, conforme estabelece nor-

ma do inciso I do artigo 19 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Carvalho afirmou que Jaime Araújo fundamentou sua decisão com base na ausência dos requisitos autorizadores para a manutenção da prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP).

DEFINIÇÃO

A definição da lista tríplice de advogados candidatos à vaga de desembargador pela regra do quinto constitucional ocorrerá na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na próxima quarta-feira (7). Os três mais votados serão escolhidos dentre os seis da lista encaminhada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA). A presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Maria dos Remédios Buna, assinou despacho, pedindo a inclusão do processo na agenda do Pleno. A magistrada também enviou ofício aos demais desembargadores, com a lista sêxtupla de advogados e seus respectivos currículos, com vistas à escolha do novo membro da Corte. O TJMA recebeu a lista com os seis nomes no dia 31 de julho, ocasião em que o presidente Guerreiro Júnior demonstrou satisfação com a atitude da OAB/MA. No processo de formação da lista tríplice, cada desembargador votará em três nomes, considerando-se indicados os mais votados. Se for necessário um segundo escrutínio, nele concorrerem os que tiverem recebido mais votos. Formada a lista tríplice, ela será enviada pelo Judiciário à governadora Roseana Sarney. Por ser chefe do Executivo Estadual, ela tem a prerrogativa final de escolher, dentre os três selecionados pelos magistrados do TJMA, o novo desembargador.

**COMUNICADO IMPORTANTE/
URGENTE AOS PACIENTES
ATENDIDOS PELO
MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**

A LINDE GASES LTDA. informa à população do Município de São Luis que, em razão da decisão judicial proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no processo de nº 0007099-51.2012.8.10.0000, bem como pelo término do prazo ali consignado, **SUSPENDERÁ**, a partir do dia 10/08/2013, o fornecimento de oxigênio líquido ao Hospital Municipal de Emergência e Urgência "Dr. Clementino Moura" – Socorrão II, tudo em estrita observância à lei e à decisão judicial proferida.

Quaisquer dúvidas ou informações devem ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís - SEMUS.

LINDE GASES LTDA.



Semana de togados

A sessão da próxima quarta-feira do pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão promete intenso movimento de togas. Deve entrar na pauta a redução para três, da lista sêxtupla da OAB-MA, que chegará às mãos de Roseana Sarney para a nomeação do 27º desembargador, completando, finalmente, a corte estadual. Até lá, a campanha de bastidores levanta poeira no ambiente solene do TJ.

Semana de togados (2)

Na mesma quarta-feira, o TJ vai escolher entre 14 juízes, o outro desembargador, para a vaga aberta com a aposentadoria de Raimundo Nonato Sousa. O critério é de merecimento e quem já tiver passado duas vezes na lista tríplice e entrar nessa, estará eleito. Portanto, pelo rito "litúrgico" da corte, estão mais pertos de envolver a toga, João Santana, Ângela Maria Salazar ou Tyrone José Silva. Se der outro, é zebra.

Em Imperatriz

Judiciário intensifica obras do novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, afirmou que o Judiciário mantém-se firme no projeto de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na comarca de Imperatriz e que os serviços de construção do novo Fórum serão intensificados pela empresa que executa a obra.

“Queremos o melhor para a população de Imperatriz, oferecendo um Fórum, amplo, funcional, com arquitetura moderna, para atender, com dignidade, os habitantes do município, que hoje é um polo econômico em expansão no cenário estadual e nacional”, frisou Guerreiro Júnior.

O presidente do TJMA disse que Imperatriz está localizada numa região estratégica não só para a economia maranhense, como também

para o Judiciário. “Tendo em vista a significativa demanda processual da comarca, temos o dever de construir um fórum bem estruturado para fazer frente ao reclamo constitucional por uma Justiça cada vez mais eficiente, célere e eficaz”, afirmou.

O novo fórum de Imperatriz está sendo construído numa área de 14.083,33 m², no bairro Residencial Kubitscheck. A terraplenagem – primeira etapa da obra, iniciada em fevereiro – já foi concluída. Atualmente, a construção está em fase de fixação das estruturas metálicas.

Cerca de R\$ 10 milhões já foram liberados para a obra e R\$ 26 milhões serão disponibilizados para sua conclusão. A fase inicial foi viabilizada com recursos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (Ferj).

TJ-MA garante acordos em 80% dos casos que chegam aos centros de conciliação

Das 269 audiências realizadas nos Centros de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) nos últimos seis meses 207 (77%) resultaram em acordos. Na presença de conciliadores, as partes têm resolvido, de forma ágil, os impasses judiciais ou questões ainda não formalizadas processualmente no Judiciário.

“Os dados mostram que avançamos na disseminação da cultura da conciliação no Estado. Estamos otimistas e confiantes com a resolução, pelos Centros de Conciliação, de inúmeros conflitos que certamente seriam direcionados para o Judiciário, gerando custos desnecessários”, assinala o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Para o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, desembargador José Luiz de Almeida, além de ajudar na solução definitiva de litígio entre as partes, os centros de conciliação abrem, sem distinção, as portas da Justiça para a sociedade. “Aconciliação é um

meio rápido e barato de resolver conflitos e abre a perspectiva de alcançarmos a pacificação social”, ressalta o magistrado.

Solução – A servidora pública Giselly Rodrigues procurou o Centro de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), na tentativa de resolver uma questão pendente com a Caema. “Discordei dos valores das últimas faturas de água e vim resolver a situação com a ajuda de um conciliador. Agora, estou mais tranquila, pois recebi a garantia de que as minhas contas serão regularizadas”, disse.

O supervisor de vendas, Adail Alves de Andrade, também conseguiu negociar com a empresa a quem devia. “Fui ouvido e o acordo firmado não poderia ter sido melhor. A Justiça está cada vez mais receptiva aos cidadãos”, observou.

Os acordos nos Centros de Conciliação têm valor legal e podem ser agendados pelo Telejudiciário (0800-707-1581), pela internet (www.tjma.jus.br) ou no local, sem nenhum custo para os interessados.



DIVULGAÇÃO

Os litígios vêm sendo resolvidos de forma rápida nos centros de conciliação

A verdade precisa ser dita

ELSON ARAÚJO*

Começou efetivamente no governo Jackson Lago, e prossegue agora, no governo Roseana Sarney, o pagamento da dívida que o governo do Estado, tem historicamente com Imperatriz e região. Foram anos de tudo para o Norte e, nada para o Sul. O quadro, ainda que lento, começou a mudar.

Esse sentimento histórico de abandono que fez eclodir ao longo de pelo menos 200 anos, diversos movimentos emancipacionistas, o mais famoso deles o que pretendia criar a República dos Pastos Bons, que chegou, segundo, historiadores, a possuir até manifesto. Os líderes da época queriam não um Estado, mas criar um novo país.

Foi, a partir desse movimento, que houve a sementeira da ideia de uma divisão do Maranhão com o surgimento de um novo Estado, sonhado e anos depois batizado de Maranhão do Sul.

Imperatriz e a região tocantina sempre receberam menos do que mereciam. Se não fosse o trabalho pioneiro dos bravos de várias partes do Brasil e do mundo que acreditaram na força dessa terra, a região não seria o que é hoje: um grande centro de prestação de serviços; polos industrial, educacional e agropecuário, e que hoje atraem investidores dos mais diversos ramos de negócios

que encham de esperança o povo da nossa terra.

A dívida do governo do Estado para com o interior e notadamente com Imperatriz e região, era astronômica. Parte da elite política da capital parecia ter realmente desprezo pelo nosso povo e nossa gente.

Esse quadro começou a mudar com o amadurecimento de Imperatriz e o conseqüente surgimento de novos nomes no cenário político, com ou sem mandatos, que começaram a dar voz aos pleitos da região.

Aqui nesse lado do Estado, o município de Imperatriz começou a ser ouvido e a ganhar importância. Motivado por políticos como o atual prefeito Madeira e outros aliados da época, o saudoso governador Jackson Lago, praticamente se apaixonou por Imperatriz a ponto de aqui passar uma "virada de ano".

Lago, então, começou a romper com a discriminação histórica dos "Leões" para com Imperatriz e a assumir e cumprir compromissos. A obra dele, como todos sabem, ficou inacabada.

Com a saída de Lago parecia que tudo voltaria para a estaca zero. Coube a Madeira, prefeito da cidade, o papel de não permitir a retomada da história de abandono.

Despido de vaidade ou qualquer ranço político/ideológico, em nome dos interesses maiores do município, Madeira humildemente bateu na porta do Palácio dos Leões. Numa conversa

franca e honesta com a governadora fê-la entender a importância de Imperatriz, e que, independente de sua votação na cidade, não havia motivos para o Palácio virar-lhe as costas.

No entendimento de Madeira, sua gestão não podia se transformar "numa fortaleza ideológica", porque começava ali, naquela conversa inicial, uma parceria de resultados positivos e concretos.

A parceria com o governo do Estado já resultou em investimentos na área da saúde, incluindo a construção de um hospital (obra em andamento) e diversos convênios na área da infraestrutura que permitiu, por exemplo, o asfaltamento completo da Nova Imperatriz, um dos bairros mais antigos da cidade.

Novas parcerias na área de infraestrutura já foram firmadas e vários bairros serão beneficiados. Os recursos estão garantidos e o início das obras é só uma questão de tempo e cumprimento de burocracias.

Uma nova oportunidade – Uma nova oportunidade nasce agora para que Imperatriz tenha sua importância reconhecida e se fortaleça ainda mais no cenário estadual com a possibilidade da nomeação de um desembargador das barrancas do Rio Tocantins. Como é notório, após a lista formada, a palavra final será da governadora Roseana Sarney.

Egresso do Campus II da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), advogado bem-sucedido na Comarca,

o hoje procurador geral do município Gilson Ramalho entrou na lista dos seis advogados que disputarão a lista tríplice a ser definida pelo Pleno do Tribunal de Justiça, de onde sairá, o novo desembargador do Maranhão. Ramalho disputou com 18 advogados maranhenses os votos de 30 conselheiros da Ordem dos Advogados do Maranhão e de três de seus membros honorários.

Essa foi apenas uma das etapas. Agora virá a luta para entrar na lista tríplice a ser definida pelo Tribunal e que será enviada para a governadora a quem caberá definir o nome do novo desembargador do Maranhão.

Aqui, a nossa torcida, para que Ramalho seja indicado para a lista tríplice, e que a escolha da governadora recaia sobre o nome que representa Imperatriz.

Ocorrendo isso, não resta dúvida de que haverá uma significativa redução na dívida do Palácio dos Leões tem com esse lado do Maranhão. Um gesto histórico que jamais será esquecido pelo povo de Imperatriz e da Região Tocantina.

Por fim, uma última observação: a cidade é um organismo vivo, portanto, tem sentimento. Chora, ri, comemora, protesta e grita! Diz sim e sabe dizer não e, como todo organismo, deseja e precisa ser bem tratada, bem cuidada. Imperatriz é justa e sabe se posicionar a favor de quem a prestigia.

*Jornalista

❖ ❖ Qual foi o 'togado' que pegou o seu carro oficial do Tribunal de Justiça, um corola zerado, com menos de 500 quilômetros rodados, saiu pela noite e bateu o carro no eixo Calhau/Ponta do Farol, acabando com suspensão, eixo e outras partes do veículo???! Será que estava atrás da 'ninfeta' rebenta de 'bicheiro'???!?

■ Novo Fórum (I)

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, afirmou que o Judiciário se mantém firme no projeto de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional na comarca de Imperatriz e que os serviços de construção do novo Fórum serão intensificados pela empresa que executa a obra.

“Queremos o melhor para a população de Imperatriz, oferecendo um Fórum, amplo, funcional, com arquitetura moderna, para atender, com dignidade, os habitantes do município, que hoje é um polo econômico em expansão no cenário estadual e nacional”, frisou Guerreiro Júnior.

O presidente do TJ-MA disse que Imperatriz está localizada numa região estratégica não só para a economia maranhense, como também para o Judiciário.

■ Novo Fórum (II)

“Tendo em vista a significativa demanda processual da comarca, temos o dever de construir um fórum bem estruturado para fazer frente ao reclamo constitucional por uma Justiça cada vez mais eficiente, célere e eficaz”, afirmou.

O novo fórum de Imperatriz está sendo construído numa área de 14.083,33 m², no Bairro Residencial Kubitscheck. A terraplenagem – primeira etapa da obra, iniciada em fevereiro – já foi concluída. Atualmente, a construção está em fase de fixação das estruturas metálicas.

Cerca de R\$ 10 milhões já foram liberados para a obra e R\$ 26 milhões serão disponibilizados para sua conclusão. A fase inicial foi viabilizada com recursos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (Ferj).

❖ ❖ E 'Don Guerreiron', hein, gente!!! Meu amigo, o presidente deu foi murros e murros na mesa, no início da semana, ao tomar conhecimento de que um magistrado havia concedido alvará de soltura, em pleno plantão judicial, ao ex-vereador Júnior de Mojó, acusado de autoria intelectual do assassinato do empresário Marggion Andrade!!! "Um negócio desses queima a imagem do tribunal", esbravejava 'Don Guerreiron' com os jornais na mão!!! E parece que não ficou só nos murros na mesa!!!

❖ ❖ Falar em 'Don Guerreiron', Dr. Pêta foi seguramente informado que o homem, agora, é o mais novo solteirão da 'Grande Ilha'!!! Perigoso, não!!! É, meu amigo, 'Don Guerreiron', agora, está com duas 'canetas' afiadas!!! Brinca!!!

Tribunais aceleram punição a desvios dos cofres públicos

Tribunais de vários estados aceleraram nos últimos meses a punição de agentes acusados de corrupção e desvio de recursos públicos, mas ainda estão longe de cumprir a meta fixada pelo Conselho Nacional de Justiça para reforçar o combate a esses crimes.

Levantamento feito pelo CNJ mostra que o número de condenações definitivas em ações civis com base na Lei de Improbidade Administrativa em todo o país aumentou 50% de fevereiro do ano passado a junho deste ano, alcançando um total de 7.831 casos.

O valor das penas aplicadas nesses processos atingiu R\$ 2,1 bilhões, incluindo multas, bens apropriados ilicitamente e recursos desviados dos cofres públicos que agora são cobrados pela Justiça.

Mas ainda falta muito para que a maioria dos tribunais cumpra o objetivo fixado pelo CNJ, conhecido como Meta 18, que foi estabelecido no fim de 2011 e deve ser cumprida até dezembro deste ano.

Somadas ações civis de improbidade e processos criminais contra agentes públicos, falta julgar 60% dos 121 mil processos que deveriam ser concluídos até o fim do ano.

A atuação da Justiça poderá ter repercussões políticas em breve, porque muitos condenados poderão ser enquadrados na Lei da Ficha Limpa e ficar impedidos de concorrer nas eleições de 2014.

A pressão do CNJ para que os magistrados cumpram a meta é grande. Tribunais que não fornecem informações sobre os processos com andamento lento ficam sujeitos a sanções administrativas.

No final de junho, o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, cobrou publicamente os magistrados. (*Folha Online*)

Eleições diretas nos Tribunais de Justiça ampliariam sua eficiência

CLÁUDIO DELL'ORTO*

Está na pauta da Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional que seria o golpe de misericórdia no combalido Judiciário brasileiro. Trata-se da PEC 457, que tramita desde 2005 e que se originou na PEC 42/2003. Travestido de proposição para aproveitar os magistrados com idade superior a setenta anos e que estariam em plena condição física para o trabalho, o projeto tem seduzido vários parlamentares brasileiros.

Destaque-se, porém, que esses mesmos deputados e senadores não têm cadeiras perpétuas no Poder Legislativo. Se quiserem um novo mandato, devem disputar eleições, independentemente de sua idade. Os juízes, ao contrário, ocupam cargos vitalícios, com a obrigação de se aposentar compulsoriamente aos setenta anos, exatamente como fazem todos os servidores públicos.

Configura um engodo a afirmação de que os magistrados mais experientes ficarão servindo ao povo até 75 anos e que isso geraria economia para a Previdência e evitaria a substituição de pessoas com plena capacidade de trabalho. Trata-se de argumento falacioso, pois o real interesse perseguido pela PEC 457 é a perenidade no poder dentro dos tribunais.

Ao contrário do que se propala, a medida aumentaria as despesas previdenciárias, pois os juízes atualmente na faixa etária dos 55 anos, sem perspectiva na carreira, iriam aposentar-se em grande número, deixando as Cortes nas mãos exclusivamente dos mais idosos, muitos afastados da base da Magistratura há mais de 25 anos. Note-se, por exemplo, que nas Forças Armadas as posições finais das carreiras somente podem ser ocupadas durante certo tempo (em torno de dez anos), exatamente para que os postos de comando submetam-se ao princípio republicano e democrático da alternância no Poder e que as pessoas que os ocupem estejam conscientes dos problemas enfrentados nas bases das instituições.

Por que o Judiciário não consegue ser republicano e democrático? O que querem os atuais dirigentes dos nossos tribunais, principalmente os estaduais? O que se busca é a manutenção dos que os dominam e se consideram donos dos seus orçamentos. É o exemplo grave do patrimonialismo brasileiro! Esses grupos não aceitam a democratização interna do Poder Judiciário, querem afastar os juízes das sedes suntuosas dos tribunais e não admitem qualquer forma de controle pelo povo. A jurisdição de primeiro grau fica relegada a plano secundário, com suas instalações precárias e seus juízes funcionários públicos subalternos. E o povo que tem fome e sede de Justiça jamais será saciado!

Por isso, é lógico que todos os juízes, e não apenas os desembargadores, como ocorre atualmente, tenham o direito de votar nas eleições às mesas diretoras de todos os tribunais de Justiça. Seria um grande exemplo de democracia! Ademais, os orçamentos dessas instituições são para todos os magistrados. Portanto, a prerrogativa do sufrágio não pode ser restrita.

É preciso dizer NÃO à PEC 457! Deve-se dizer SIM à eleição direta dos presidentes de tribunais! Com o voto de todos os juízes, teremos uma Justiça mais eficiente, unida e valorizada.

**O desembargador Cláudio dell'Orto é o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAE RJ).*